



**MAIS UM
PASSO RUMO À
DESTRUIÇÃO**

DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E
DOS DIREITOS DO SERVIDOR
E DO CIDADÃO

NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA

PARA SERVIÇOS DE QUALIDADE, É PRECISO SERVIDORES COM DIREITOS

Págs. 4 à 11

NÃO À PEC EMERGENCIAL

NÃO À REDUÇÃO DOS NOSSOS SALÁRIOS

Págs. 12 à 15

.....

Expediente:

Reportagens, textos e edição: Júlia Maia e Jerônimo da Paz

Design e diagramação: Giorgio De Marco

.....

EDITORIAL

ORGANIZAR A LUTA CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA E A PEC EMERGENCIAL

O Brasil navega rumo a uma tempestade perfeita. Embora os últimos dados apontem para uma diminuição dos casos de COVID, a doença continua produzindo um saldo de milhares de infectados e centenas de óbitos diariamente. Além disso, o risco de uma segunda onda, como temos assistido na Europa, evidencia que o problema sanitário ainda está longe do fim.

Soma-se a isso a deterioração da economia, que mesmo antes da pandemia não mostrava sinais de recuperação. As projeções mais otimistas preveem um recuo em torno de 5% do PIB brasileiro em 2020. Isso é um tombo muito maior do que o recuo de 3,6% medido em 2016, durante o pico da última recessão, considerada uma das mais graves da história brasileira.

A redução da atividade econômica elevou a taxa de desemprego a 14,4%, de acordo com o último levantamento do IBGE, podendo ultrapassar os 18% em 2021, conforme algumas projeções. Combinado a isso, há ainda a perspectiva de congelamento dos salários e o aumento de preços dos alimentos, que até setembro já acumulava alta de mais de 7% (IPCA).

Até agora estes problemas têm sido mitigados pelo auxílio emergencial, que já despejou R\$ 240 bilhões na economia, contribuindo para manter o consumo e a circulação de mercadorias. Porém, o encerramento do programa até final do ano, combinado com a falta de solução para os demais problemas, indica que haverá piora considerável nas condições de vida da população.

A crise fiscal também se agrava. A estimativa do governo é que o déficit primário (desconsiderados os juros da dívida) chegue aos R\$ 800 bilhões em 2020, resultado tanto do aumento de gastos como da queda da arrecadação. Esta diferença foi coberta com emissão de títulos de curto prazo, o que elevou a dívida pública e precipitou outro problema: mais de 13% do montante deve ser renegociado ou pago até abril de 2021.

Ainda que a situação seja grave, o governo tem à sua disposição instrumentos para enfrentar a crise fiscal, ampliar o investimento do Estado e manter os serviços públicos. Neste arsenal está a aposta em uma reforma tributária, que solucione as distorções da arrecadação, a utilização das reservas cambiais, que hoje somam cerca de U\$ 350 bilhões, ou mesmo a suspensão da dívida pública, facilmente justificável dada a situação do país.

Porém, como essas medidas mexem em interesses de setores importantes da burguesia, o consenso que novamente vai se formando é que serão os trabalhadores, em especial os servidores públicos, quem deverão dar sua quota de sacrifício. Mesmo Bolsonaro, que até agora se esquivou de capitanear o ajuste fiscal - principalmente com receio de desgastar sua popularidade - tem se curvado a esse consenso.

Dois projetos ocupam lugar de destaque no ajuste fiscal que está sendo consensuado: a reforma administrativa, que facilita a terceirização e altera a estrutura de vínculos do funcionalismo, e a PEC Emergencial, que, entre outras medidas, possibilita congelamento de salários, redução de jornada e salários dos servidores. Pelos efeitos imediatos, esta última é prioridade do governo, e deve entrar em pauta logo após às eleições municipais.

A luta contra estes dois projetos deve ser o centro de atuação do nosso movimento no próximo período. Até agora já foram realizados dois dias nacionais de luta, em 30/09 e 28/10. Mas é necessário irmos além, ampliando o debate a unificando as categorias do funcionalismo nesta batalha. Este jornal, que traz uma análise detalhada dos dois projetos, tem o objetivo de contribuir para avançarmos neste sentido.

REFORMA ADMINISTRATIVA: SERVIDORES SEM DIREITOS E SERVIÇOS EM DESMONTE

A PEC 32/2020 busca adequar o funcionalismo ao “novo momento do Brasil”: relações de trabalho totalmente precárias, menos investimentos para áreas sociais e portas abertas para a iniciativa privada.

O temido e tão denunciado desmonte do serviço público toma forma com a Reforma Administrativa. A proposta foi enviada ao Congresso Nacional em 3 de setembro de 2020, mas é uma prioridade do governo Bolsonaro e ministro da Economia Paulo Guedes desde a campanha eleitoral de 2018.

A medida é perversa, coloca o Regime Jurídico Único e pelo menos 10 benefícios e direitos trabalhistas em extinção, precariza profundamente os vínculos do funcionalismo e cria condições ideais para avançar na terceirização das atividades fim. Essa profunda transformação da estrutura organizacional da administração pública não almeja melhoria dos serviços, mas sim, a redução máxima do Estado e do investimento público nas áreas sociais.

É mais uma medida para “amenizar” a crise econômica, como as Reformas Trabalhista e da Previdência, Lei da Terceirização Irrestrita e Teto dos gastos, todas elas ineficazes no combate à crise, e que pioraram a qualidade de vida de toda população.

REFORMA EM 3 FASES

O Ministério da Economia pretende implementar a Reforma Administrativa em 3 etapas, de acordo com o planejamento estratégico apresentado em setembro.

1º. Votação da PEC 32/2020 na Câmara dos Deputados e Senado: necessário 3/5 dos parlamentares de cada casa para aprovação.

2º. Envio de Projeto de Lei Complementar: definir gestão de desempenho, diretrizes de carreiras e cargos, funções e gratificações.

3º. Envio de Projeto de Lei Complementar do Novo Serviço Público: determinar direitos e deveres dos servidores, estrutura remuneratória e organização das carreiras.

UM CHEQUE EM BRANCO

Para o governo e a elite brasileira, a PEC 32 é apenas o primeiro passo de um movimento contínuo de transformações da máquina pública. Eles falam em “aperfeiçoamento” e “modernização”, mas na verdade teremos destruição de direitos conquistados. Ela abre caminho dissolvendo o atual regime de vínculos do funcionalismo, mas não detalha, por exemplo, a organização e diretrizes

dos novos vínculos ou gestão de desempenho. A estratégia do governo é regulamentar os detalhes mais impopulares posteriormente, através de Projetos de Lei Complementares, que são aprovados mais facilmente, com maioria simples de votos em apenas um turno em cada casa.

QUEM SERÁ ATINGIDO PELA PEC 32/2020? Servidores públicos dos três poderes (executivo, legislativo, judiciário) da União, dos estados e municípios que ingressarem após a aprovação da PEC.

QUEM FICA DE FORA DA PEC 32/2020? Militares; Deputados e senadores; Membros do poder Judiciário (juízes, desembargadores e ministros dos tribunais superiores); e Membros do Ministério Público (promotores e procuradores).

IMPACTOS PARA OS ATUAIS SERVIDORES

Embora o governo insista em afirmar que os atuais servidores estão de fora da Reforma Administrativa, direta e indiretamente, com certeza, seremos prejudicados!

EXTINÇÃO DO RJU

Na prática, o Regime Jurídico Único entrará em extinção, por não ter mais servidores ingressos através deste vínculo. Os atuais servidores tendem a se tornar minoria sistematicamente, principalmente pelas aposentadorias - em 2030, mais de um terço (35%) dos servidores federais estará apto a se aposentar, de acordo com o Ministério da Economia. O RJU também pode ser alterado ou revogado nas próximas etapas da Reforma.

FRAGMENTAÇÃO

O RJU estabelece a isonomia entre os servidores federais e é replicado quase integralmente nos estados e municípios, isto é, todos são tratados igualmente a partir da mesma matriz de direitos. A Reforma quebra a isonomia, pulverizando e segmentando as categorias, o que dificulta a mobilização em torno de conquistas em comum como melhorias na carreira, reajuste salarial e resistência à retirada de direitos já existentes.



CARGOS E ATRIBUIÇÕES

O presidente poderá, sem discussão no Congresso, extinguir, transformar e reorganizar estrutura e atribuições dos cargos de todo funcionalismo, inclusive dos servidores atuais. Embora não esteja no texto da PEC 32/2020, também é possível que seja estabelecido um sistema de migração dos atuais servidores nas etapas seguintes da Reforma.

INCLUSÃO EM DISPUTA

A Frente Parlamentar da Reforma Administrativa está propondo a inclusão dos atuais servidores, magistrados e parlamentares na PEC e a possibilidade está em discussão. Em razão da crise fiscal e dos interesses de setores econômicos que investem na dívida pública – e sobrevivem do investimento do Estado –, há forte pressão dos bancos, empresários, economistas liberais e da imprensa para que os atuais servidores sejam enquadrados no novo regime de vínculos de trabalho.



PRECARIZAÇÃO E DIVISÃO DOS SERVIDORES

A PEC 32/2020 cria cinco novos vínculos distintos para os servidores públicos, gerando fragmentação. Ela também propõe tornar as relações de trabalho no serviço público totalmente meritocráticas, com servidores em disputa permanente para angariar benefícios individuais, com constante possibilidade de perdê-los. A Reforma não corrige privilégios, na verdade ela aprofunda desigualdades no funcionalismo: a imensa maioria dos servidores não terá estabilidade e perderá direitos, enquanto determinados grupos se manterão super privilegiados.

Os 5 novos vínculos

Carreiras típicas de estado

1 Ingresso através de concurso público e estabilidade após 3 anos. Poderão ser demitidos por decisão judicial adotada por colegiado (2º grau), e fica reforçada também a possibilidade de demissão por insuficiência de desempenho. As carreiras serão definidas posteriormente, e provavelmente serão exceção, englobando funções essenciais para a manutenção do governo.

Contrato de prazo indeterminado

2 Ingresso através de concurso público, sem estabilidade. Podem ser demitidos, mas o texto da PEC não apresenta em que circunstâncias, esses critérios devem ser regulamentados depois. Algumas hipóteses são por necessidade de corte de gastos ou por mau desempenho.

Contrato de prazo determinado/temporário

3 Contratação através de seleção simplificada, sem estabilidade, com vínculo frágil e de alta rotatividade. Sentido de “uberização” do trabalho, que vem crescendo no setor privado. Ocorrerá em casos de calamidade, emergência ou paralisação de serviços essenciais; atividades ou projetos sazonais; e serviços por demanda.

Vínculo de experiência

4 Antes de ingressar no serviço típico de estado ou de prazo indeterminado, o candidato permanece em experiência por, no mínimo, dois ou um ano, respectivamente, submetido a procedimentos de avaliação. Ao fim do período, são efetivados apenas os melhores classificados, com desempenho satisfatório, respeitado o limite de vagas previsto no edital. Os demais são demitidos.

Cargos de liderança e assessoramento

5 Ingresso mediante indicação, por tempo indeterminado. Os cargos em comissão e as funções de confiança serão progressivamente substituídos por esse novo vínculo, facilitando o apadrinhamento político de pessoas de fora do quadro.

Terceirização

A PEC constitucionaliza a terceirização irrestrita que foi aprovada em 2017. Aumenta os riscos de empresas privadas realizarem contratações nas atividades fim, principalmente na saúde e educação, áreas onde estão concentrados os principais gastos do Estado e, por isso, na mira do empresariado - que já lucra com repasses através das parcerias público-privadas. Para o INSS, também haveria possibilidade de terceirização de atividades como análise e concessão de benefícios.

“TEM QUE HAVER UMA ENORME DIFERENÇA DE SALÁRIO, SIM”

“Acho um absurdo os salários da alta administração brasileira, são muito baixos. Tem muita gente preocupada com o teto. A minha preocupação é o contrário: preservar pessoas de qualidade no serviço público. O Brasil, seguindo o caminho da prosperidade, vai ser difícil reter gente de qualidade, a não ser que o setor público entre na ordem da meritocracia. Tem que haver uma enorme diferença de salário, sim, na administração brasileira. Quantos chegam ao Supremo Tribunal Federal, ao TCU?”.

Paulo Guedes, 09/09/2020, em videoconferência com Rodrigo Maia.



Imagem desenvolvida a partir da foto de Washington Costa disponível no site WikiCommons

DIREITOS/BENEFÍCIOS QUE DEIXARÃO DE EXISTIR

Os itens a seguir não serão mais concedidos a partir da aprovação da PEC 32/2020 quanto aos novos servidores.

Redução de jornada sem redução de remuneração; Férias superiores a 30 dias por ano; Licença-prêmio; Aumentos retroativos; Progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço; Incorporação ao salário de valores referentes ao exercício de cargos e funções; Adicional por tempo de serviço; Parcelas indenizatórias sem previsão legal; Adicional ou indenização por substituição não efetiva; Aposentadoria compulsória como punição.

FIM DA ESTABILIDADE

A estabilidade garante a prestação do serviço de forma imparcial, independente, e mantém a profissionalização do serviço público, garantindo que ele não sofra descontinuidade no quadro funcional a cada governo, como ocorria antes da Constituição de 1988.

Sem estabilidade, a máquina pública fica à mercê dos governos e não mais a serviço das funções do Estado. Os servidores ficam inseguros, com possibilidade de punição caso se opuserem aos governos e chefias para realizarem seu trabalho. A PEC facilita a manipulação do quadro para manter servidores aparelhados ideologicamente ao governo e que digam “sim” aos ataques contra o serviço público.

PUNIÇÃO PARA QUEM DIZ “NÃO”

O autoritarismo já é marca registrada do atual governo. Em 2019, ao assumir a presidência, Bolsonaro utilizou-se do poder para influenciar a exoneração de José Augusto Morelli do cargo de chefia que ocupava no Ibama, pois o servidor o havia multado, em 2012, por pesca ilegal. Conforme aponta entrevista de Morelli à TV UOL, mesmo com provas do crime, em janeiro de 2019, a multa de Bolsonaro foi suspensa pelo próprio Ibama, após a exoneração.

Bolsonaro também responde inquérito por interferência na Polícia Federal, nomeou 13 parentes em gabinetes e, hoje, militares ocupam o Ministério da Saúde em cargos estratégicos sem a menor justificativa, em meio à pandemia. Com a Reforma, a arbitrariedade será facilitada e ampliada para todo funcionalismo.



Foto por Imprensa SindisprevRS

O “BOM SERVIDOR”

Entusiastas da Reforma dizem que é preciso valorizar o “bom servidor”. Seria aquele que executa tarefas com independência, imparcialidade, cumprindo o princípio da legalidade? Não necessariamente. Embora o texto da PEC 32 proíba o desligamento por motivação político-partidária, sabemos que, dada a subjetividade da avaliação de desempenho, pode haver punições, perseguições e até privilegiamento por motivação política e pessoal por parte do avaliador. A avaliação pode ser instrumento de ameaças, assédio moral e dificultar a organização de mobilizações e greves.

AUTONOMIA TOTAL PARA O PRESIDENTE

A PEC permite ao chefe do Executivo extinguir, transformar e fundir órgãos através de decreto. Poderá, por exemplo, fundir o INSS, IBAMA, INCRA e FUNAI em uma grande autarquia de serviços do Governo Federal. Em relação aos cargos públicos, além de extinguir, poderá transformar e reorganizar a estrutura e atribuições. No caso do exemplo hipotético anterior, o presidente teria poder para reestruturar todos os cargos das antigas autarquias em uma única estrutura com atribuições reformuladas.

DEMISSÃO POR MAU DESEMPENHO

A demissão por mau desempenho já existe na Constituição, mas nunca foi regulamentada, a proposta agora é regulamentá-la nas etapas 1 e 2 da Reforma. O mesmo movimento ocorre internamente no INSS. Sem diálogo com a categoria, a presidência do órgão, através da Portaria 1.020, determina uma avaliação ainda mais produtivista, que pode gerar perdas salariais e até demissão por insuficiência de desempenho, enquanto submete os trabalhadores a metas abusivas e praticamente inatingíveis, sem garantir condições mínimas de trabalho. Nestes moldes, a avaliação precariza as condições de trabalho e a qualidade do serviço prestado.

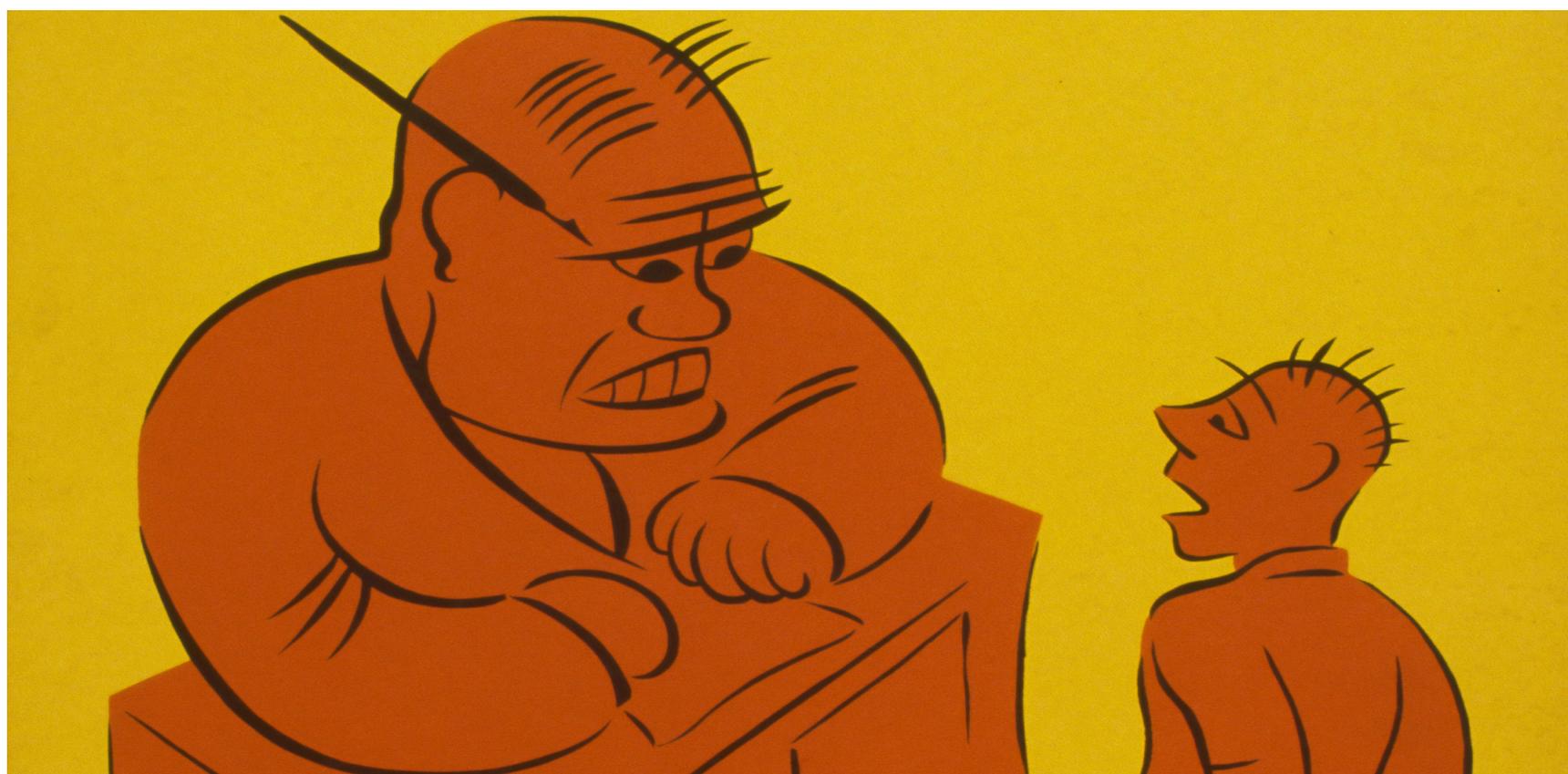


Foto por Library of Congress em site Unsplash

MENORES SALÁRIOS

O governo fala em diminuir o salário inicial do funcionalismo e aumentar o número de faixas salariais através de lei complementar, para dificultar que o servidor atinja o topo da carreira. Em março, Rodrigo Maia declarou que os partidos articularam uma proposta de redução salarial de servidores e parlamentares durante o estado de calamidade. Embora não tenha mais tocado no assunto após repercussão negativa, a proposta de redução escalonada já estava desenvolvida: zero para quem ganha até R\$ 5 mil; 10% para quem ganha até R\$ 10 mil; e de 20% a 50% para salários superiores a R\$ 10 mil, de acordo com o G1.

PEC 186

“PEC EMERGENCIAL VAI AFUNDAR O PAÍS” AFIRMA ESPECIALISTA

Estudo da UFMG apresentado em audiência pública no Senado aponta uma retração na atividade econômica de 1,3%.

Paralisada desde o início da pandemia do Coronavírus no Brasil, a PEC 186 é colocada pelo governo federal, juntamente com a Reforma Administrativa, como um conjunto de medidas que irá conduzir o país ao equilíbrio fiscal.

A dobradinha sonhada pelos governistas e defendida pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, representa um verdadeiro retrocesso aos direitos dos servidores federais e se reflete diretamente na diminuição dos serviços públicos oferecidos à população.

No caso da aprovação da PEC 186, apenas 25% da “economia” gerada com a medida seria destinada para as obras públicas e infraestrutura. O restante seria para a amortização dos juros da dívida pública.

Para tornar a PEC mais popular entre parlamentares e a população, o governo cogitou incluir o projeto “Renda Cidadã” ao texto da proposta.

O “Renda Cidadã” é o “Bolsa Família” de Bolsonaro, que faria o pagamento mensal de R\$300,00 para famílias de baixa renda e que substituiria o Auxílio Emergencial que termina em dezembro deste ano. No entanto, o ministro da economia, Paulo Guedes, já dá sinais de que o programa não deve ir adiante, pois não encontra o que chamou de “atalhos fiscais” para viabilizar os pagamentos.

Enquanto Bolsonaro cria cortinas de fumaça e tenta ganhar apoio para atacar o serviço público, especialistas demonstram como a aprovação da PEC 186 irá afetar não

apenas o serviço público, mas os setores que compõem a economia.

Segundo dados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a aprovação do texto pode derrubar o nível de atividade econômica em 1,3%. A análise se estende do primeiro semestre de 2020 até o terceiro trimestre de 2023.

Em audiência pública no Senado, que tratava da PEC Emergencial, em 12 de março de 2020, o professor e economista José Luís Oreiro afirmou que a PEC “irá afundar o país”.

Ao falar sobre a redução de 25% da jornada e dos salários dos servidores públicos, prevista no texto ele disse:

“Haverá uma redução na oferta de serviços públicos como saúde e educação no contexto de um país no qual há deficiência crônica de suprimento desses serviços”.

Ele também criticou abertamente as reformas já realizadas anteriormente “Vamos para o quarto ano de crescimento medíocre, apesar de todas as reformas que têm sido feitas. Teto de gastos, reforma da Previdência, reforma trabalhista. Tudo tem fracassado. Nada tem acelerado o crescimento da economia e sempre a esperança é na próxima reforma. É uma agenda de reformas sem fim que não vai levar o país a lugar nenhum”.

Acompanhe nas próximas páginas os prejuízos que serão causados pela PEC Emergencial que deve ser votada ainda neste ano.



Foto por Jordan Opel em site Unsplash

POLÍTICAS SOCIAIS PERDEM DINHEIRO PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA COM A PEC 186

Medida vai de encontro ao Teto dos Gastos em políticas sociais e permite redução salarial de até 25% dos servidores.

A PEC Emergencial (Nº 186), enviada pelo Senado ao Congresso Federal em novembro de 2019, determina medidas permanentes e temporárias de cortes de gastos em busca de reequilíbrio fiscal. Na prática, ela permite que os governos não cumpram suas obrigações com políticas públicas, voltando todos os esforços para manter intocável a dívida pública no Brasil.

A PEC 186 viabiliza o cumprimento do Teto dos Gastos aprovado em 2016, que previu o congelamento de investimentos da União em áreas sociais como saúde, educação, previdência, segurança e assistência por 20 anos. Desde sua aprovação, a medida contribui para o caos econômico, inclusive impedindo o governo de cumprir a Regra de Ouro. Essa lei que existe para evitar o descontrole da dívida e o endividamento para pagar despesas correntes como salários dos servidores, aposentadorias, despesas obrigatórias e manutenção da máquina pública. Foi necessário, inclusive, que o governo abraisse crédito extraordinário de R\$ 248 bilhões para equilibrar as contas em 2019, o que gerou impacto de 4%, aumentando a dívida e seus serviços.

Paulo Guedes considera urgente a aprovação da PEC 186, que deverá tramitar na Câmara dos Deputados. Rodrigo Maia, presidente da casa, também é defensor da proposta, alegando que o Estado existe para servir à população e não aos seus próprios funcionários: “Se eles custam caro, sobram poucos recursos para servir o cidadão”, declarou Maia, de acordo com o Portal da Câmara.

A declaração de Maia é falaciosa, visto que os investimentos em políticas sociais estão congelados (por decisão do próprio Congresso Federal), e a PEC Emergencial não tem o propósito de aumentar investimentos, mas sim reduzir. Apenas 25% do valor economizado com a medida será destinado a obras públicas e infraestrutura, enquanto todo o excedente de arrecadação será destinado para a amortização da dívida pública – ou seja, quem sairá ganhando são banqueiros e rentistas.



Foto por Morning Brew em site Unsplash

Ao mesmo tempo, os ataques aos servidores irão trazer impactos profundos aos serviços prestados, o que significa que o cidadão terá, em alguma medida, seu acesso restringido ou negado. A PEC também suspende a destinação da arrecadação do PIS (Programa de Integração Social) ao pagamento do seguro-desemprego e abono.

Além dos danos às políticas sociais, a PEC 186 não é eficaz no combate ao desequilíbrio fiscal, de acordo com Plínio de Arruda Sampaio Júnior. O professor de economia da Unicamp aponta que ela não toca em nenhuma das causas conjunturais responsáveis pela crise fiscal. “Do ponto de vista estrutural, a fragilidade financeira do setor público não se associa ao excesso de gasto público, como insiste a ladainha neoliberal”, aponta Plínio.

O professor demonstra duas principais razões para a penúria permanente que o governo enfrenta para arcar com as políticas públicas. Primeiramente, o gasto com a dívida pública que é praticamente equivalente aos gastos com saúde e educação e chega a 80% do PIB. E segundo, o sistema tributário, que deveria, mas não obriga os ricos a pagarem proporcionalmente mais impostos do que os pobres, como determina a justiça fiscal.

O “gatilho” para a implementação da PEC Emergencial a nível federal aconteceria quando, para a União, as operações de crédito excederem à despesa de capital. No caso dos estados e municípios, o gatilho seria ativado se as despesas correntes superassem 95% das receitas correntes. O Rio Grande do Sul é um dos 13 estados onde isso ocorre.

O corte de gastos com servidores poderá ser implementado imediatamente no ano da aprovação da PEC, e valerá pelos dois anos seguintes. Os dados são de agosto e setembro de 2019, do Ministério da Economia e Consultoria de Orçamento do Senado Federal.

MAIS BRASIL PARA QUEM?

A PEC Emergencial faz parte do “Plano Mais Brasil”, pacote que foi enviado ao Congresso Federal no fim de 2019, contendo ainda a PEC do Pacto Federativo e PEC dos Fundos Públicos.

A proposta deverá ser apensada à PEC 438, de 2018, que também prevê gatilhos de ajuste fiscal para conter despesas, permitindo a redução de salários dos servidores, suspensão do abono salarial e até mesmo a demissão de concursados sem estabilidade e funcionários comissionados.

A PEC 438 já foi aprovada na comissão de ética do Senado e é tão grave quanto a PEC Emergencial, pois além dos gatilhos que são semelhantes em ambas, ela ainda prevê suspender repasses ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a venda de ativos e bens públicos.

De acordo com Dra. Marilinda Fernandes, assessora jurídica do SindispREVRS, “não há desenvolvimento no país se não houver investimento público”. Do ponto de vista constitucional, ela aponta que as recentes alterações são à imagem do modelo neoliberal, com uma política de ajuste fiscal que já deu errado e levou ao colapso e à miséria países como o Chile, por exemplo.

É preciso impedir esse movimento de reformas, e lutar para que seja interrompido o projeto de desmonte dos serviços públicos e ataque aos servidores que está em curso no Brasil. É preciso revogar o Teto dos Gastos, e barrar a PEC Emergencial e a PEC 438, e construir coletivamente alternativas para resolver a crise a partir dos interesses e necessidades dos trabalhadores brasileiros.

IMPACTOS DA PEC 186 PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS:

1 **Redução salarial de 25%:** A jornada de trabalho dos servidores poderá ser reduzida em até 25%, com redução salarial, medida esta que é inconstitucional.

2 **Salários congelados:** Fica impedido o aumento salarial, e até mesmo a correção ou adequação da remuneração dos servidores.

3 **Sem progressão e promoção:** Não haverá reconhecimento, concessão ou pagamento de progressão e promoção funcional em carreira de servidores (salvas exceções com alteração de atribuições), e esse dinheiro não será devolvido no futuro. Mas as carreiras militar e policial não seriam atingidas pela medida.

4 **Sem concurso:** Não será realizado concurso público para repor servidores aposentados, nem será mais admitido ou contratado nenhum servidor. Apenas serão repostos os cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa.

5 **Enxugamento de carreira:** Não haverá qualquer alteração de estrutura de carreira que aumente despesas, ou seja, a Reforma Administrativa da equipe econômica teria compromisso apenas com a economia e redução de investimentos, sem prever melhoria nas condições de trabalho, no salário e nos serviços prestados.

6 **Incerteza salarial:** O limite de despesa com pessoal ativo, inativo e pensionistas será estabelecida em lei complementar.

7 **Todo o superávit será destinado à dívida:** O excedente de arrecadação de impostos e superávit financeiro serão destinados à amortização da dívida pública.

MUITO ALÉM DE NOVEMBRO**A LUTA DO POVO NEGRO É PERMANENTE E MUNDIAL**

Importantes discussões e mobilizações em torno da pauta racial ocorreram em 2020. A população negra norte americana realizou um histórico movimento de massas contra o genocídio e a violência policial, tendo como principal mote o assassinato de George Floyd por um policial branco.

A mobilização contagiou outros países, inclusive o Brasil. Nosso povo também foi às ruas em um movimento antirracista e antifascista, diante da violência e do ceifamento de tantas vidas negras, muitas delas de jovens e crianças. O luto se transformou em força de denúncia e revolta.

É que o povo negro nunca esteve passivo diante das opressões do racismo e do colonialismo na nossa sociedade. Muito pelo contrário, sempre resistiu de diversas formas às investidas de aniquilamento físico e da subjetividade negra e de sua história, seja através da religiosidade, do aquilombamento, da capoeira, da música, dentre muitos pontos de resistência e existência negra.

O SindisprevRS, ao longo de décadas, constrói a luta antirracista, e tendo em vista a necessidade de materializar seus acúmulos, lança no dia 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, a cartilha "Racismo e suas facetas no mundo do trabalho: Saber para combater". O material foi desenvolvido pela Secretaria de Gênero e Combate à Discriminação Racial, e pode ser acessado no site do sindicato.



O SINDISPREVRS SEGUIU ATUANTE DURANTE A PANDEMIA

Atendendo as normas de segurança recomendadas pelos órgãos de saúde, no dia 19 de março de 2020, o SindisprevRS paralisou o atendimento em sua sede e nos escritórios regionais. Durante esse período, disponibilizamos atendimento via telefone e promovemos ações, como a distribuição de máscaras aos trabalhadores que formam nossa base e nossa mobilização migrou das ruas para os meios digitais.

Promovemos uma série de lives ao longo de 7 meses, debatendo questões importantes para a categoria, como o desmonte do INSS, metas e trabalho remoto durante a pandemia de Covid-19, as condições insalubres dos trabalhadores do SUS, andamento dos processos jurídicos e GEAP – plano de saúde –, além de participarmos com servidores ativos e aposentados em transmissões via internet de grupos como o Coletivo Mudança e Renovação-FENAPS, importante braço articulador no combate aos ataques promovidos pelo governo federal contra o serviço público.

Nesses novos tempos, tivemos de nos adaptar e realizamos nossas assembleias por meio da internet, para que os colegas decidissem as ações que a entidade tomaria. Veiculamos em todo estado a campanha Imprevidência Social, onde denunciávamos os prejuízos causados pela direção do Instituto, aos segurados de todo o país e os riscos da reabertura das unidades do INSS em meio à pandemia.

Junto à categoria, elaboramos uma proposta legislativa que é uma resposta à inércia do governo federal referente aos benefícios represados no INSS. O Projeto de Lei 3862/2020 está no Senado Federal e, se aprovado, pode beneficiar 1,3 milhões de pessoas. O resultado

da luta junto a base abriu espaço na imprensa tradicional para debatermos assuntos de nosso interesse. Ao todo, marcamos presença em mais de 30 veículos de comunicação entre rádio, TV e jornais impressos.

Desde março, enviamos 63 ofícios direcionados à GEX, ao Senado Federal e à Presidência do INSS. Participamos de reuniões com o presidente do Instituto, fizemos vitórias nas APS, demos o suporte que a categoria necessitava. No dia 30 de setembro participamos do Dia Nacional de Luta que contou com manifestações e atos em todo o Brasil contra a proposta de Reforma Administrativa de Bolsonaro, onde um amplo debate sobre a construção e deflagração de uma greve geral do setor foi promovido. Outra atividade em que marcamos presença foi o Dia Nacional do “Eu Luto Pelos Serviços Públicos”, realizado em 28 de outubro.

Ainda em setembro, um recurso interposto pela Assessoria Jurídica do SindisprevRS foi acolhido pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que por unanimidade obrigou o INSS a suspender o processo avaliativo institucional e individual da GDASS (Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social), enquanto perdurarem as medidas de enfrentamento à pandemia do COVID-19. Os pagamentos foram mantidos sem qualquer redução.

Sempre atentos à luta, reforçamos nosso compromisso com os servidores públicos, na defesa e ampliação de direitos; A luta é diária e estamos só no começo de mais uma batalha que se dará em torno de barrar a aprovação da PEC Emergencial e a tramitação da Reforma Administrativa, ambas nefastas para os serviços públicos e os servidores, sejam os que já estão nos quadros, como os futuros.

A LUTA PRECISA CONTINUAR

Foto em site dgabc.com.br

O Funcionalismo público é o novo alvo da agenda de reformas. E o ataque a nós, servidores, é uma estratégia para reduzir investimentos nas áreas sociais e também nos paralisar, pois somos um setor da sociedade que historicamente se mobiliza em defesa dos serviços públicos de qualidade. Por isso, é urgente seguirmos em luta. Somente a união entre os colegas e com outras categorias de trabalhadores pode enfrentar o autoritarismo e os retrocessos que atingem a todos. O ano de 2020 trouxe uma realidade ainda mais dura para o povo do mundo todo e, no Brasil, o aumento da miséria, da fome e do desemprego não impediu os ricos, corruptos e poderosos de seguirem com seu projeto: aumentar lucros e negócios. E eles conseguiram.

Durante o estado de calamidade, 42 bilionários brasileiros viram suas fortunas aumentarem em US\$ 34 bilhões. Em home office, os parlamentares decidiram o corte de linhas de ônibus nas comunidades e a redução do valor do auxílio emergencial, enquanto os bancos receberam mais de 1 trilhão do governo. A pandemia abriu espaço para novos esquemas de corrupção.

Diante de tanta injustiça, não podemos nos calar. Nossas formas de organização precisaram se transformar, através do uso da tecnologia e com o máximo de cuidados sanitários.

Amplas frentes para unificar a sociedade são fundamentais, como a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público e Frente Contra a Reforma Administrativa do Fonasefe, dois espaços que construímos. As atividades do sindicato e o diálogo nos locais de trabalho são pontes para pensarmos saídas pela nossa perspectiva.

Nos despedimos de 2020...

...Com a certeza de que em 2021 será fundamental união e solidariedade entre nós. Juntos somos mais fortes para passar por tudo isso, e no "novo normal", resistência e ação são imprescindíveis! Por aqueles que lutaram antes de nós e conquistaram os avanços que temos hoje, e pelas gerações futuras, é preciso lutar. Só a luta muda a vida!

VOCÊ JÁ É FILIADO AO SINDISPREVRS?

O SINDISPREVRS TEM MAIS DE 30 ANOS DE HISTÓRIA.

SÃO TRÊS DÉCADAS DE LUTA
POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO,
NA DEFESA DOS DIREITOS DOS SERVIDORES FEDERAIS.

SE VOCÊ AINDA NÃO FAZ PARTE DO SINDICATO,
JUNTE-SE E FORTALEÇA LUTA.

FILIE-SE
COM O QR CODE



OU PELO SITE:

WWW.SINDISPREVRS.ORG.BR/INSTITUCIONAL/FILIE-SE





O SINDISPREVRS ESTÁ ABERTO DESDE O DIA 09 DE NOVEMBRO!

Os **atendimentos presenciais em Porto Alegre** estão ocorrendo **mediante agendamento** que pode ser feito das 10h da manhã até as 16h da tarde pelo telefone 51 3284-1800.

Lembrando que nas **filiais Regionais** o **atendimento continua sendo remoto** nos seguintes contatos:

Ijuí__ 55 9 9678-6153

Pelotas__ 53 9 8426-5001

Rio Grande__ 53 9 8124-0325

Santa Maria__ 55 9 9681-8643

Aviso importante!

As pessoas que fazem parte do grupo de risco não podem comparecer à Sede.

